



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



PROJECTO QUALIS

AUTO-AVALIAÇÃO REGULADA DO
SISTEMA EDUCATIVO REGIONAL

RELATÓRIO DE SÍNTESE

2007

ÍNDICE

Introdução	3
I Parte	5
II Parte	6
Escolas Públicas	6
Escolas Profissionais	15
IPSS / Jardins-de-infância	21
III Parte	25
Escolas Públicas	25
Escolas Profissionais	27
IPSS / Jardins-de-infância	29
Quadros	31
Escolas Públicas	31
Escolas Profissionais	32
IPSS / Jardins-de-infância	33
IV Parte	34
Conclusão	34

INTRODUÇÃO

A Lei n.º 31/2002, de 20 de Dezembro, veio aprovar o sistema de avaliação da educação e do ensino não superior, dando forma no plano legal, às preocupações relativas à estruturação de padrões de qualidade na educação que permitam potenciar as despesas públicas com o sector e elevar os padrões de competências e qualificações escolares.

O Decreto Legislativo Regional n.º 29/2005/A, de 6 de Dezembro, visou implementar os princípios da avaliação da educação e do ensino não superior nas escolas e no sistema educativo regional.

O projecto QUALIS consiste numa adaptação da CAF (Common Assessment Framework) ao sistema educativo da Região Autónoma dos Açores, de forma a fornecer às unidades orgânicas da Região um instrumento de auto-avaliação das mesmas.

Auto-avaliação consiste numa reflexão crítica sobre aspectos relevantes de cada unidade orgânica, fornecendo dados às mesmas e à tutela educativa que lhes permitem aferir da qualidade do seu funcionamento.

O projecto acima referido foi desenvolvido por uma equipa da Universidade Católica Portuguesa, intervindo a Inspeção Regional de Educação na elaboração de um relatório de síntese.

O presente relatório dá cumprimento ao n.º 5 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2005/A, de 6 de Dezembro, o qual determina que "os serviços inspectivos da educação elaboram um relatório de síntese a submeter ao Conselho Coordenador do Sistema Educativo até 31 de Janeiro de cada ano".

A execução deste relatório resulta da análise dos relatórios de auto-avaliação de **69** escolas públicas, escolas profissionais e IPSS/Jardins-de-infância, da Região Autónoma dos Açores. Aquele constitui-se em quatro partes:

- Em síntese, a primeira refere os campos sobre os quais as unidades orgânicas apresentaram as características gerais da sua organização e as dificuldades encontradas para concretizar a auto-avaliação;

- Para além de uma série de constatações genéricas sobre a forma como as unidades orgânicas organizaram o seu relatório, a segunda parte contém uma tabela com os pontos fortes e as áreas de melhoria mais referenciados pelas escolas públicas, escolas profissionais e IPSS/Jardins-de-infância, face a cada um dos nove critérios de avaliação;

- Apresenta-se na terceira parte, por um lado, um tratamento gráfico da pontuação que as unidades orgânicas atribuíram aos critérios avaliados, por outro, mostra-se um quadro com a pontuação atribuída pelas mesmas a cada critério;

- Algumas conclusões que se puderam extrair deste trabalho de síntese, encontram-se na quarta parte.

I Parte

1. Cada equipa caracterizou a sua unidade orgânica nos aspectos seguintes:

- Níveis e modalidades de ensino;
- Oferta formativa;
- Experiências inovadoras;
- Regime de funcionamento;
- Enquadramento cultural e pedagógico;
- Administração e gestão da escola, especificando os seus órgãos componentes;
- Caracterização do pessoal docente e não docente;
- Caracterização do corpo discente;
- Análise de relatórios e pareceres oficiais;
- Caracterização do espaço físico.

2. Na análise crítica, as unidades orgânicas, para além de explicitarem o processo e a forma como se organizaram para a elaboração da avaliação e produção do relatório, sobretudo com prevalência para as IPSS e Escolas Profissionais que, pela primeira vez, se auto-avaliam nestes moldes, apresentam as dificuldades encontradas na sua concretização, a saber:

- Prazo reduzido para a realização da auto-avaliação, agravado nas Escolas Profissionais pelo facto de os formadores serem externos e não serem obrigados a realizar aquela tarefa;
- Ausência de informação e formação, para além de directivas nem sempre definidas e decididas em momento oportuno;
- Durante a execução do processo, as equipas de auto-avaliação não se sentiram devidamente acompanhadas pelos consultores de apoio;
- A desadequação de critérios e subcritérios, ou mesmo deste modelo de avaliação, às características específicas das Escolas Profissionais e das IPSS.

II Parte

1. Áreas e acções de melhoria:

- Em regra, os planos de acções de melhoria decorrem das áreas de melhoria enunciadas;
- Há relatórios em que nem sempre uma área de melhoria determina uma acção que seja consequente;
- Consta-se a existência de planos com acções determinadas e especificadas no tempo;
- Verifica-se, igualmente, a existência de planos de melhoria com execução não especificada;
- Surgem planos de melhoria cujas acções não decorrem de uma estrutura de desenvolvimento organizada, mas de execução mais ou menos casuística;
- Por vezes, confunde-se “área” com “acção”;
- É evidente a desadequação de algumas respostas, quer sejam Pontos Fortes, Áreas de Melhoria ou Acções de Melhoria, face ao subcritério ou critério em que foram integradas.

2. Os “pontos fortes” e as “áreas de melhoria” mais referenciados pelas unidades orgânicas são os seguintes:

ESCOLAS PÚBLICAS		
CRITÉRIOS	PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
1. Liderança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de missão, visão, objectivos, valores e códigos de conduta ▪ Importância dos documentos reguladores da autonomia da escola: PEE, PCE, PAA e RI 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envolvimento da comunidade educativa na formulação da missão, visão, objectivos e valores ▪ Promoção da escola ▪ Promoção e avaliação das iniciativas implementadas ▪ Avaliação do grau de

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização das tecnologias como ferramentas para a gestão da informação e de projectos ▪ Diversificação de cursos/respostas educativas na escola ▪ Divulgação, partilha de formação e informação relevante ▪ Orientação para a gestão pedagógica e administrativa com definição de funções e responsabilidade para cada nível de gestão ▪ Formação dos docentes ▪ Delegação de competências ▪ Reconhecimento público da escola ▪ Envolvimento da comunidade educativa ▪ Participação em organizações representativas a nível local 	<p>execução do PEE</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de algumas funções ▪ Recolha das opiniões dos docentes, encarregados de educação e pessoal não docente <ul style="list-style-type: none"> ▪ Impacto do PAA no sucesso escolar e no desenvolvimento integral dos alunos ▪ Definição de objectivos mensuráveis para as medidas implementadas ▪ Circulação da informação ▪ Debate sobre o desempenho individual com os interessados ▪ Reconhecimento e prémio de esforços individuais e equipas
<p>2. Planeamento e estratégia</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recolha sistemática de informações ▪ Avaliação anual dos documentos estruturadores da autonomia ▪ Identificação e auscultação dos clientes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento, pelo órgão de gestão, do cumprimento dos objectivos estabelecidos ▪ Constituição de equipas para a elaboração/revisão dos documentos fundamentais ▪ Recolha sistemática de

	<p>interessados na vida da escola, antes da tomada de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação diversificada dos planos objectivos e actividades da escola ▪ Estratégia definida ao nível da oferta curricular ▪ Acta como documento evidenciador da tomada de decisões ▪ O órgão de gestão materializa objectivos e estratégias operacionais através do PAA e do acompanhamento da sua execução ▪ Projector informativo permanente na sala de convívio dos alunos 	<p>informação sobre os clientes, a fim de definir metas segundo prioridades, tempo de execução e expectativas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciativas de formação personalizadas ▪ Coerência/articulação entre os documentos orientadores ▪ Identificação de todas as partes interessadas relevantes ▪ Recolha de informação ▪ Criação de instrumentos que estabeleçam objectivos estratégicos e operacionais e sua concretização ▪ Identificação de estratégias apropriadas
<p>3. Gestão das Pessoas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envolvimento das pessoas na definição de projectos e implementação de acções de melhoria ▪ Auscultação das necessidades dos recursos humanos e formação condicente ▪ Identificação das necessidades de formação ▪ Gestão dos recursos humanos em conformidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organização e acompanhamento periódico da realização de questionários de pessoal ▪ Aquisição de material necessário a um bom desempenho da actividade lectiva ▪ Criação de uma caixa de sugestões ▪ Apoiar/acompanhar novos colaboradores ▪ Identificação das

	<p>com os documentos orientadores</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização do papel das estruturas de gestão intermédia ▪ Acesso pessoal ao material informático ▪ Implementação de uma política de harmonização dos horários com situações familiares, em função das necessidades educativas do complexo escolar ▪ Nomeação de tutores para acompanhamento de alunos 	<p>competências das pessoas para a atribuição de tarefas/funções</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Articulação de actividades, funções e responsabilidades ▪ Avaliação das medidas de gestão implementadas ▪ Avaliação das competências relacionais das pessoas ▪ Elaboração de um plano interno de formação ▪ Promoção de uma cultura de avaliação
<p>4. Parcerias e Recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de parcerias ▪ Monitorização de sistemas de informação e conhecimento ▪ Informação correcta e atempada aos encarregados de educação/alunos/comunidade ▪ Garantia da potencialidade da página web ▪ Participação da comunidade escolar nos diversos órgãos ▪ Investimento na área das novas tecnologias ▪ Oferta de espaços 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorização e avaliação das parcerias ▪ Participação dos pais/ encarregados de educação ▪ Esclarecimento sobre as ofertas formativas ▪ Difusão da informação na escola ▪ Definição e monitorização dos recursos financeiros ▪ Articulação de uma gestão de recursos com os objectivos estratégicos e operacionais definidos ▪ Instalação de meios destinados a permitir a circulação em todo o edifício a alunos com deficiência motora

	<p>bem equipados, com recursos tecnológicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Abertura à comunidade ▪ Gestão financeira ▪ Estratégias de envolvimento dos pais/encarregados de educação 	
<p>5. Gestão dos Processos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilização aos alunos de condições de bem-estar para a aprendizagem e para o lazer ▪ Gestão e avaliação dos processos-chave ▪ Documentos orientadores: adequação à filosofia inerente ao processo de autoavaliação da escola ▪ Identificação de prioridades para melhorar os processos ▪ Projectos ▪ Percursos escolares diferenciados para alunos com dificuldades de aprendizagem ▪ Actividades de enriquecimento curricular ▪ SPO ▪ Relatórios de execução ▪ Diagramas de fluxo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de indicadores de processo e objectivos de funcionamento ▪ Gestão/informatização dos processos de suporte ▪ Descrição dos processos chave ▪ Definição de um sistema de gestão adequado a cada processo chave ▪ Clarificação do sistema de gestão dos diferentes serviços ▪ Articulação entre ciclos ▪ Avaliação, revisão e reajustamento das acções implementadas em função dos resultados obtidos, de forma a promover acções de melhoria ▪ Envolvimento de pais/encarregados de educação ▪ Acompanhamento periódico do PCE e PEE ▪ Operacionalização dos objectivos de funcionamento

	<p>dos processos chave</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação dos processos de suporte ▪ Construção de manuais de funções ▪ Envolvimento de pais/encarregados de educação ▪ Manual de funções: sistema de avaliação do pessoal, louvores, objectivos fixados e avaliação do desempenho 	previstos no PEE
6. Resultados orientados para a Comunidade Educativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação de inquéritos de opinião ▪ Localização dos serviços (proximidade, acessibilidade) ▪ Satisfação global com o desempenho da escola ▪ Tempo de resposta às solicitações/reclamações ▪ Informação prestada em quantidade, qualidade, transparência e facilmente acessível 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visibilidade do Livro de Reclamações ▪ Visibilidade da autoavaliação ▪ Relacionamento/envolvimento com a comunidade educativa ▪ Reformulação dos instrumentos de avaliação ▪ Sensibilização para uma cultura pró-activa ▪ Avaliação dos resultados ▪ Tempo de resposta às solicitações
7. Resultados relativos às Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atribuição de louvores a elementos da comunidade educativa ▪ Atendimento dos serviços ▪ Imagem global da escola relativa às pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelecimento de um sistema de louvores/recompensa pelos sucessos conseguidos ▪ Criação/optimização dos mecanismos para obtenção de rácios e para a recolha e catalogação de resultados de

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Funcionamento do órgão de gestão e dos órgãos de gestão intermédia ▪ Utilização das TIC pelo pessoal não docente ▪ Importância do papel da escola no meio ▪ Flexibilização do horário de trabalho conciliando-o com a vida familiar 	<p>satisfação e envolvimento</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitorização/avaliação dos resultados ▪ Envolvimento da escola em projectos de dimensão europeia/nacional/regional ▪ Colaboração com outras instituições sociais ▪ Melhoramento das condições de higiene da escola ▪ Melhoramento das condições de segurança da escola ▪ Gestão racional de espaços e equipamentos ▪ Utilização das TIC pelo pessoal docente
<p>8. Impacto na Sociedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cobertura pelos media dos eventos sociais ▪ Escola como unidade activa e parte integrante da comunidade local ▪ Informação sobre a escola regularmente actualizada na página web ▪ Preocupação com o ambiente traduzida em acções voltadas para o meio ▪ Acções de prevenção de riscos de saúde e acidentes ▪ Intercâmbio cultural e educativo ▪ Dinamização de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Percepção das pessoas quanto ao impacto da escola na qualidade de vida dos cidadãos ▪ Utilização de materiais reciclados ▪ Adopção de princípios de desenvolvimento sustentado ▪ Abertura de cursos profissionais ▪ Promoção de acções de simulação do plano de segurança e evacuação ▪ Avaliação dos resultados das actividades propostas

	<p>actividades relacionadas com o projecto de educação sexual</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversificação da oferta formativa no sentido de permitir a integração social dos alunos 	
<p>9. Resultados do Desempenho-chave</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evolução positiva da taxa de sucesso ▪ Baixa taxa de abandono escolar ▪ Gestão do apoio educativo ▪ Implementação e resultados dos itinerários alternativos para a aquisição da educação básica ▪ Grau de execução das actividades geradoras de receita e ou do orçamento ▪ Implementação e utilização das tecnologias de informação na comunicação interna/externa da escola ▪ Participação em concursos e prémios de qualidade ▪ Diversidade da oferta educativa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Encaminhamento dos alunos que saem dos currículos paralelos e que não conseguem prosseguir no currículo comum ▪ Gestão financeira: objectivos, medidas e uso eficaz dos fundos de tesouraria ▪ Medidas de gestão financeira prudente e responsável ▪ Benchmarking externo e avaliação/comparação dos resultados obtidos a nível do apoio educativo ▪ Redução da taxa de abandono escolar ▪ Elevar a taxa de sucesso

Observações:

- A **ES da Ribeira Grande**, no “Relatório Auto-avaliação 07-08 Final”, para além da Introdução, apresenta “uma grelha global de registo de evidências, uma grelha de pontuação dos Critérios de Meio e dos Critérios de Resultados”.

Enquanto que aquela parece pretender apresentar um “Plano de Melhoria”, esta não se percebe, pois não resulta de uma avaliação/pontuação dos subcritérios, nem depende de pontos fortes, dos quais nunca se faz referência, nem se pode substanciar nas evidências, pois são em número insuficiente;

- A **ES Antero de Quental**, apesar de ter pontuado os subcritérios e de ter enumerado os respectivos pontos fortes, áreas e acções de melhoria, não apresenta as evidências dos mesmos;

- As **EBI de Rabo de Peixe, Ginetes, Maia e Arrifes** não pontuam os subcritérios, não apresentando as respectivas evidências, áreas e acções de melhoria e os pontos fortes. Todavia, pontuam todos os critérios, enumerando os pontos fortes e as acções de melhoria correspondentes;

- A **EBS Tomás de Borba** só apresentou, no seu plano de melhoria, acções relativas ao critério 5, justificando a opção pelo facto de ser um estabelecimento que ainda não funciona como estrutura educativa com edifício, recursos humanos e materiais.

Releve-se que vinte e duas unidades orgânicas reviram o seu Plano de Acções de Melhoria, de acordo com as sugestões dos consultores.

ESCOLAS PROFISSIONAIS		
CRITÉRIOS	PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
1. Liderança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Missão, valores e códigos de conduta definidos no PEE e RI de forma articulada ▪ Organograma, objectivos, funções e competências dos órgãos de gestão bem definidos ▪ Órgãos constituídos em obediência à lei e com ampla representatividade ▪ Adequação dos cursos profissionais às necessidades do meio ▪ Delegação de competências ▪ Participação em projectos ▪ Desenvolvimento de protocolos com partes interessadas relevantes ▪ Promoção de acções de formação ▪ Elaboração de relatórios de reflexão crítica ▪ Participação activa de todas as partes interessadas no desenvolvimento e implementação do sucesso educativo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação da visão, missão, valores e objectivos da instituição aos colaboradores e partes interessadas ▪ Procura do reconhecimento público da instituição ▪ Controlo da qualidade dos serviços prestados ▪ Maior delegação de competências ▪ Maior envolvimento de pais/encarregados de educação na formação ▪ Definição de funções e responsabilidades ▪ Produção de evidências/formalização de documentos e práticas ▪ Interligação e comunicação entre os diferentes níveis de gestão da instituição
2. Planeamento e Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do desempenho: formadores/funcionários/estagiários ▪ Documentos reguladores: 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Funcionamento interno da instituição ▪ Sistematização na recolha da informação de

	<p>PEE e PAA</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos documentos reguladores ▪ Departamento de formação ▪ Planificação de todas as actividades ▪ Tentativa, pela direcção, de antecipação das necessidades e expectativas presentes e futuras de todos os clientes ▪ Elaboração, revisão e actualização do planeamento e estratégia 	<p>todas as partes interessadas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Registo de evidências das actividades implementadas ▪ Envolvimento da comunidade educativa no processo de revisão/actualização do planeamento e estratégia ▪ Criação de canais de comunicação interna ▪ Melhor divulgação dos documentos de autonomia
<p>3. Gestão das Pessoas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envolvimento dos docentes na missão da escola ▪ Acompanhamento aos novos formadores e formandos ▪ Formadores qualificados ▪ Espírito cooperativo entre a direcção e restantes colaboradores ▪ Gestão dos recursos humanos em sintonia com o planeamento estratégico ▪ Promoção de actividades extra-escolares ▪ Atendimento semanal aos encarregados de educação ▪ Flexibilidade de horários ▪ Gestão dos horários e da assiduidade ▪ Planeamento/execução de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ensino especial ▪ Incrementar a partilha de informações ▪ Facilitar a inserção profissional ▪ Implementar dispositivos de formação contínua do pessoal docente e não docente ▪ Criar ferramentas de gestão administrativa dos recursos humanos ▪ Estabilidade do grupo de formadores ▪ Aumentar as actividades interdisciplinares e o carácter prático dos cursos ▪ Criação de

	<p>iniciativas</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Articulação entre actividades/ funções/responsabilidades 	<p>mecanismos apropriados de acolhimento de contributos</p>
<p>4. Parcerias e Recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intercâmbio de alunos ▪ Implementação de parcerias, potenciando a escola como instituição ▪ Relatórios das actividades realizadas ▪ Gestão financeira ▪ Execução das competências teóricas na prática ▪ Manutenção do contacto com os alunos que terminam o curso em matéria de fornecimento de informações e de ofertas de emprego ▪ Serviço de optimização profissional e sócio-psicológica ▪ Existência de vagas destinadas a docentes que ainda não possuem o curso de formadores ▪ Registo e arquivo de toda a documentação referente à formação e aos formandos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de protocolos formalmente apresentados ▪ Maior dinamização de parcerias com entidades de formação local, nacional e internacional ▪ Incrementação da interacção e da comunicação entre os encarregados de educação e a escola ▪ Transparência financeira e orçamental ▪ Gestão dos recursos informáticos ▪ Inventário de material ▪ Segurança na informação disponibilizada ▪ Melhoria das instalações ▪ Informatização da escola
<p>5. Gestão dos Processos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação de processos chave e de suporte ▪ Cursos de curta duração em horário pós-laboral ▪ Variedade de recursos em instalações e serviços 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão e aperfeiçoamento dos processos chave e de suporte ▪ Clarificação das funções dos funcionários da

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estágios profissionalizantes <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da inserção profissional dos antigos formandos ▪ Formação em contexto de trabalho 	<p>instituição</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Revisão, actualização e dinamização das acções de formação para o pessoal docente e não docente ▪ Implementação da avaliação das parcerias e recursos ▪ Funcionamento dos diversos serviços ▪ Comunicação eficiente entre os diversos departamentos
6. Resultados orientados para a Comunidade Educativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inexistência de reclamações por escrito ▪ Parcerias com entidades para a realização de estágios ▪ Auscultação da comunidade escolar relativamente aos serviços prestados ▪ Facilitação de recursos materiais da escola à comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Auscultação da comunidade educativa sobre o grau de satisfação face à escola ▪ Satisfação dos empregadores e ex-formandos da instituição ▪ Aquisição de equipamento informático ▪ Agilização do processo de recepção de reclamações e sugestões ▪ Resposta atempada às solicitações
7. Resultados relativos às Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Satisfação com a globalidade do funcionamento da instituição ▪ Questionário de satisfação para formandos relativamente à 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação do grau de satisfação, envolvimento e aproveitamento das potencialidades dos colaboradores

	<p>imagem global da organização</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação em projectos inovadores ▪ Taxa elevada de empregabilidade para os formandos da escola ▪ Rigor e exigência na formação ▪ Facultação de acções de formação vária para os formadores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação dos resultados alcançados ▪ Envolvimento da comunidade educativa e de recursos locais nas actividades desenvolvidas pela escola ▪ Avaliação dos órgãos de gestão da escola ▪ Caixa de sugestões ▪ Acesso à informação
8. Impacto na Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resultados da instituição ▪ Adequação da formação às necessidades reais do meio ▪ Auscultação das preferências dos alunos do ensino regular sobre as áreas de formação ▪ Protocolo com entidades locais, escola pública e outras ▪ Visitas de estudo ▪ Actividades culturais, desportivas, musicais e recreativas ▪ Implementação de medidas protectoras do ambiente ▪ Projectos de cooperação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recolha, tratamento e análise de dados ▪ Optimização de recursos materiais ▪ Divulgação da instituição junto de associações de carácter industrial e comercial ▪ Abertura à comunidade local ▪ Educação ambiental ▪ Formação em áreas de alimentação saudável ▪ Planificação de actividades de formação para alunos/docentes
9. Resultados do Desempenho-chave	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resultados do funcionamento dos diversos sectores de actividade da instituição ▪ Taxas de sucesso ▪ Acompanhamento do 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação da evolução anual dos diferentes critérios registados ▪ Avaliação de processos para reformular

	percurso profissional dos ex-formandos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Gestão financeira ▪ Cumprimento dos objectivos 	procedimentos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Imagem da instituição ▪ Diminuição da taxa de abandono ▪ Candidaturas anuais e não por três anos de duração do curso ▪ Realização de formações financiadas pelos formandos/empresários
--	--	---

Observações:

- A **Escola Profissional das Capelas**, até à data limite de 29 de Fevereiro, não entregou a sua auto-avaliação, sendo a única escola pública nessas condições;
- Não foram avaliados todos os critérios pela totalidade das instituições;
- A **Escola Profissional da Praia da Vitória** enumera pontos fortes, à excepção do critério 7 (embora prevendo áreas e acções de melhoria), mas não equaciona áreas/acções de melhoria nos critérios 1, 3, 5, 9;
- A **Escola Profissional do Pico** não apresenta pontos fortes relativos aos critérios 6 e 7, embora preveja áreas e acções de melhoria;
- As **Escolas Profissionais Maurício Ferreira – Povoação, de Nordeste e Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada** não pontuam os subcritérios, não apresentando as respectivas evidências, áreas e acções de melhoria e os pontos fortes. Todavia, pontuam todos os critérios, enumerando os pontos fortes, as áreas de melhoria e acções correspondentes.

Releve-se que sete escolas profissionais reviram o seu Plano de Acções de Melhoria, de acordo com as sugestões dos consultores.

IPSS – Jardins-de-infância		
CRITÉRIOS	PONTOS FORTES	ÁREAS DE MELHORIA
1. Liderança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Actividades de enriquecimento curricular ▪ Definição da visão, missão e objectivos ▪ Elaboração do PEE ▪ Revisão e avaliação do PEE ▪ Preocupação com a qualidade alimentar das refeições ▪ Serviço diário de apoio e prevenção na área da saúde ▪ Formação de docentes ▪ Divulgação do PAA e participação da comunidade educativa ▪ Relacionamento da instituição com a comunidade educativa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação da instituição ▪ Comunicação eficaz entre a liderança e o corpo docente ▪ Formação na área da educação para a infância ▪ Elaboração do PEE ▪ Sensibilização para a missão, visão e valores ▪ Criação de instrumentos de avaliação do PEE ▪ Elaboração de instrumentos de levantamento de necessidades/expectativas da comunidade educativa
2. Planeamento e Estratégia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consistência do PEE ▪ Divulgação do trabalho realizado ▪ Flexibilidade de horários de acordo com as necessidades pessoais ▪ Avaliação em conselho pedagógico do processo educativo ▪ Recolha de informação ▪ Formalização de 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de relatórios ▪ Elaboração do projecto curricular de sala ▪ Planificação curricular e extra-curricular ▪ Avaliação do PAA ▪ Criação e implementação de instrumentos de avaliação ▪ Melhorar a produção de evidências

	reuniões	
3. Gestão das Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adesão a programas de apoio à contratação e estágios ▪ Comunicação interna ▪ Envolvimento dos colaboradores nas decisões estratégicas ▪ Formação interna ▪ Plano de formação ▪ Gestão dos recursos ▪ Acompanhamento da realização das actividades ▪ Envolvimento das pessoas nas acções de planeamento ▪ Operacionalização na gestão administrativa ▪ Relações interpessoais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comunicação interna ▪ Formação ▪ Avaliação do desempenho ▪ Clarificação das competências dos órgãos ▪ Delegação de competências ▪ Avaliação das actividades realizadas pelo pessoal não docente ▪ Inquéritos de avaliação do grau de satisfação ▪ Definição de critérios de recrutamento do pessoal
4. Parcerias e Recursos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversidade e quantidade de parcerias para a concretização de projectos ▪ Gestão das parcerias ▪ Envolvimento com a comunidade educativa ▪ Recursos informáticos ▪ Instalações e equipamentos ▪ Tratamento/circulação da informação relevante 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Canais de informação informatizados com os encarregados de educação ▪ Ensino especial no 1.º ciclo ▪ Medidas de satisfação dos utentes ▪ Formalização das parcerias existentes ▪ Relatórios ▪ Material informático
5. Gestão dos Processos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos de suporte ▪ Rentabilizar os serviços de suporte: transporte, 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos-chave ▪ Reformulação/elaboração do PEE

	<p>refeições, prolongamento do horário</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequação dos recursos humanos e materiais ▪ Avaliação dos documentos que fazem parte do processo-chave ▪ Gestão pedagógica ▪ Actividades de enriquecimento curricular 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da qualidade dos serviços de suporte ▪ Avaliação do funcionamento dos serviços de suporte
6. Resultados orientados para a Comunidade Educativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Questionários ▪ Caixa de sugestões ▪ Satisfação da comunidade educativa ▪ Manutenção do número de matrículas ▪ Horário adequado à comunidade educativa 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Colaboração dos encarregados de educação em acções específicas ▪ Caixa de sugestões ▪ Inquéritos à comunidade educativa ▪ Criação de um documento interno para sugestões/reclamações
7. Resultados relativos às Pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Questionário para avaliação das necessidades ▪ Nível de absentismo ▪ Participação em formação ▪ Disponibilidade de docentes e funcionários ▪ Sistema de avaliação interno dos funcionários 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação profissional ▪ Medida da satisfação dos colaboradores ▪ Realização pessoal e profissional
8. Impacto na Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recolha de papel ▪ Desenvolvimento de projectos ▪ Relacionamento escola/meio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recolha selectiva de resíduos ▪ Quantificação dos materiais reutilizados ▪ Poupança de energia

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Imagem da instituição na comunidade educativa ▪ Acções de protecção do ambiente: ecoponto, pilhão ▪ Cedência de espaços à comunidade ▪ Sensibilização para a igualdade de oportunidades e respeito pela diferença 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intercâmbio escolar ▪ Participação da instituição em acções da comunidade ▪ Educação ambiental ▪ Sensibilização para a necessidade de uma alimentação saudável
9. Resultados do Desempenho-chave	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema interno de controlo de custos ▪ Percentagem de objectivos concretizados ▪ Execução do PAA ▪ Número de crianças/alunos matriculados ▪ Resultados das PASE ▪ Resultados em concursos ▪ Taxa de abandono ▪ Eficácia do apoio educativo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Suporte informático ▪ Formação ▪ Documentação das actividades realizadas ▪ Relatório de avaliação do PEE ▪ Resultados das PASE ▪ Dar a conhecer à comunidade o projecto QUALIS ▪ Preenchimento da lotação total das salas

Observações:

- À excepção do **Jardim-de-infância “O Carrocel”**, de uma forma mais ou menos completa, todas as instituições pontuam por critérios, apresentando os pontos fortes, as áreas de melhoria e as acções de melhoria; de igual forma todas apresentam um Plano de Melhoria;
- **Colégio de Santa Clara** e **Castelinho Encantado** são as duas instituições que não se debruçam sobre os subcritérios.

Releve-se que oito IPSS – Jardins-de-infância reviram o seu Plano de Acções de Melhoria, de acordo com as sugestões dos consultores.

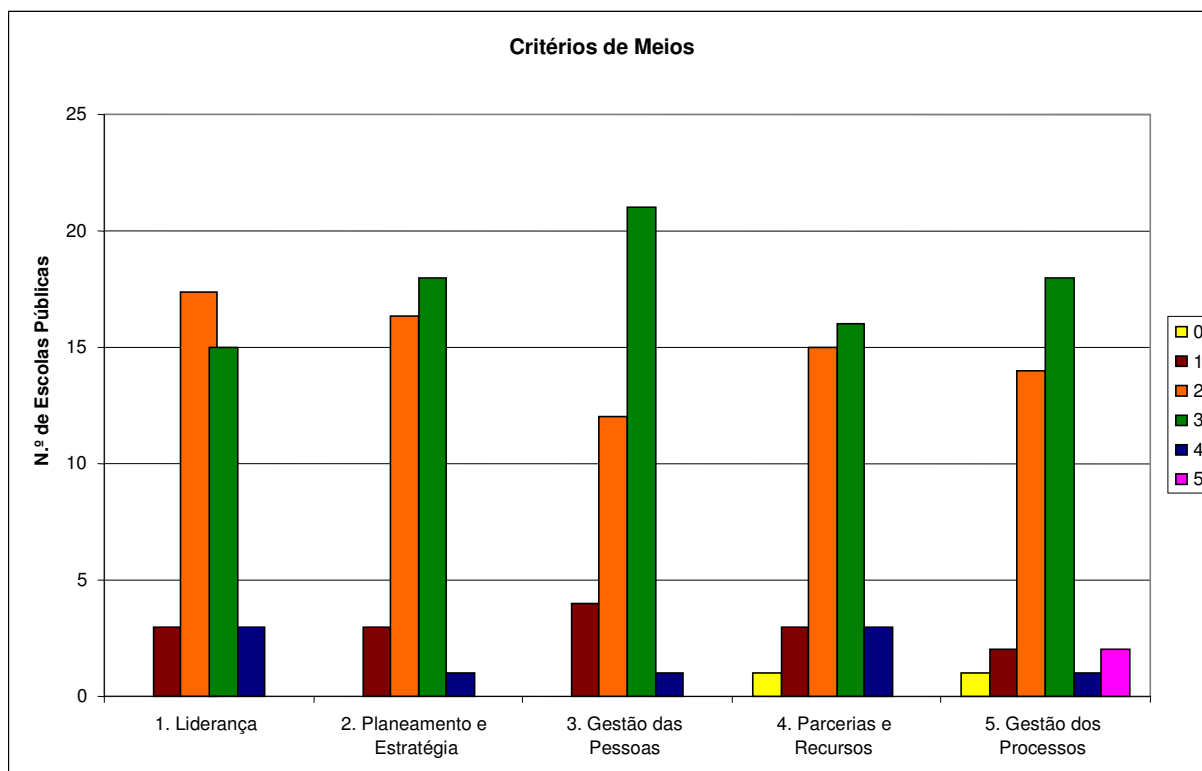
III Parte

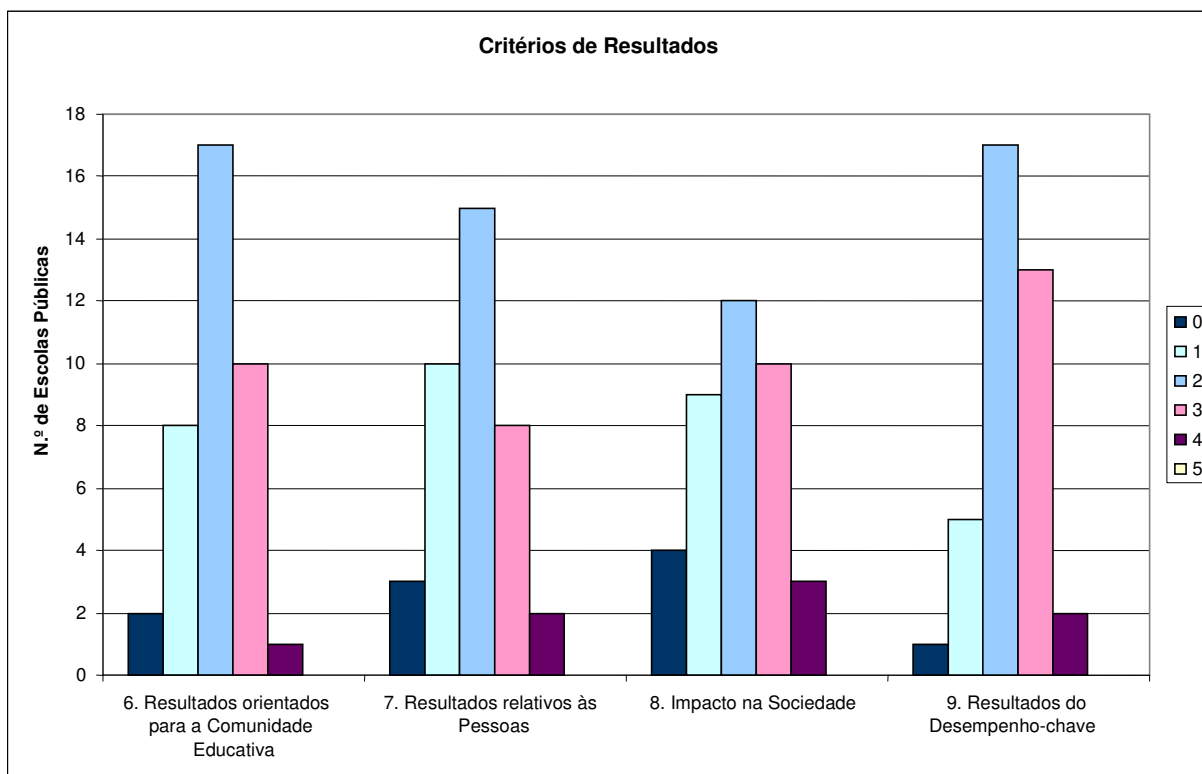
1. Apresentam-se quadros-síntese da pontuação atribuída pelas equipas de auto-avaliação das escolas públicas, escolas profissionais e IPSS – Jardins-de-infância, sobre os critérios, bem como o seu tratamento gráfico. Este subdivide-se em critérios de meios e de resultados.

Quadro 1

Escolas Públicas

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO					
	Totalidade das Unidades Orgânicas					
Critérios de Meios	0	1	2	3	4	5
1. Liderança		3	17	15	3	
2. Planeamento e Estratégia		3	16	18	1	
3. Gestão das Pessoas		4	12	21	1	
4. Parcerias e Recursos	1	3	15	16	3	
5. Gestão dos Processos	1	2	14	18	1	2
Critérios de Resultados	0	1	2	3	4	5
6. Resultados orientados para a Comunidade Educativa	2	8	17	10	1	
7. Resultados relativos às Pessoas	3	10	15	8	2	
8. Impacto na Sociedade	4	9	12	10	3	
9. Resultados do Desempenho-chave	1	5	17	13	2	

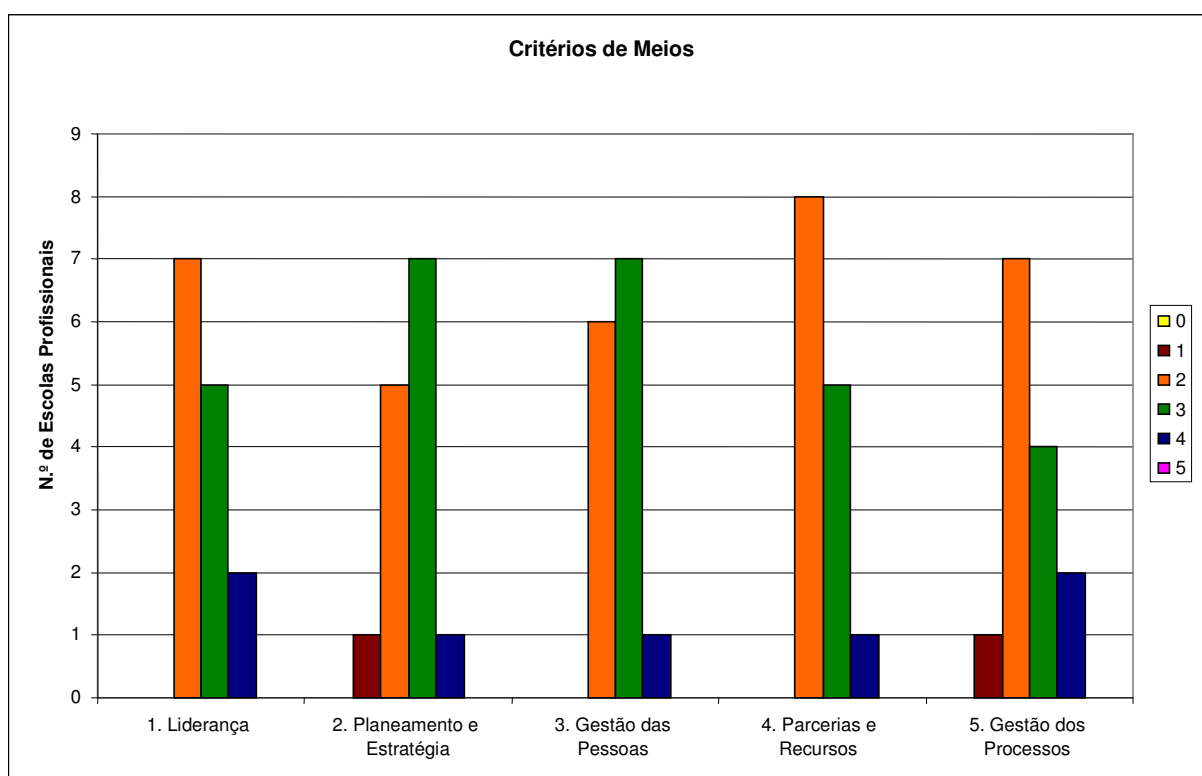


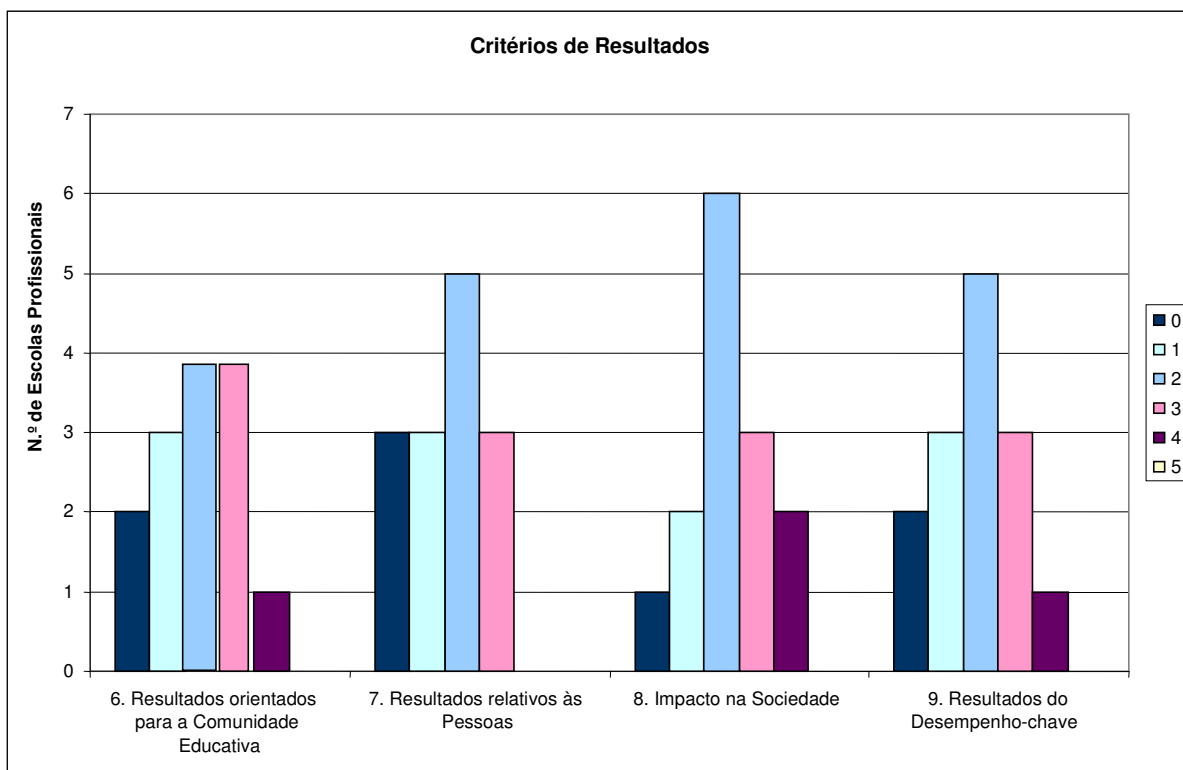


Quadro 2

Escolas Profissionais

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO					
	Totalidade das Unidades Orgânicas					
Críticos de Meios	0	1	2	3	4	5
1. Liderança			7	5	2	
2. Planeamento e Estratégia		1	5	7	1	
3. Gestão das Pessoas			6	7	1	
4. Parcerias e Recursos			8	5	1	
5. Gestão dos Processos		1	7	4	2	
Críticos de Resultados	0	1	2	3	4	5
6. Resultados orientados para a Comunidade Educativa	2	3	4	4	1	
7. Resultados relativos às Pessoas	3	3	5	3		
8. Impacto na Sociedade	1	2	6	3	2	
9. Resultados do Desempenho-chave	2	3	5	3	1	

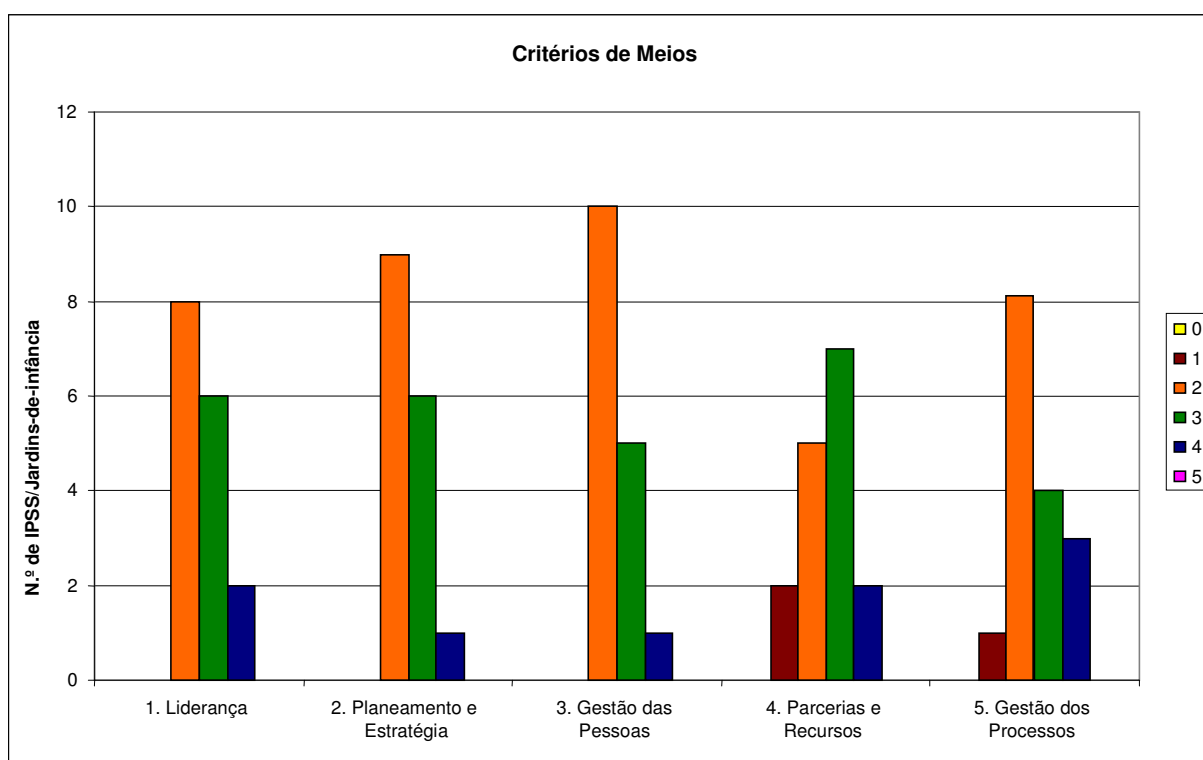


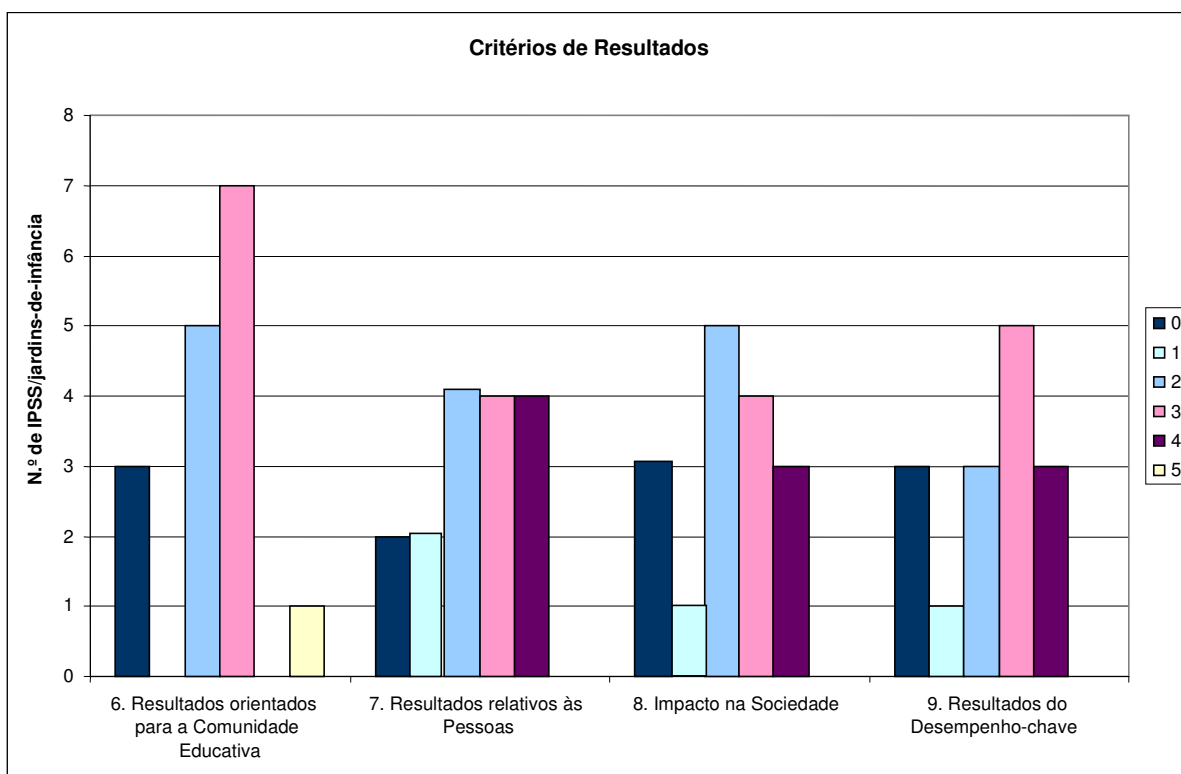


Quadro 3

IPSS – Jardins-de-infância

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO					
	Totalidade das Unidades Orgânicas					
Critérios de Meios	0	1	2	3	4	5
1. Liderança			8	6	2	
2. Planeamento e Estratégia			9	6	1	
3. Gestão das Pessoas			10	5	1	
4. Parcerias e Recursos		2	5	7	2	
5. Gestão dos Processos		1	8	4	3	
Critérios de Resultados	0	1	2	3	4	5
6. Resultados orientados para a Comunidade Educativa	3		5	7		1
7. Resultados relativos às Pessoas	2	2	4	4	4	0
8. Impacto na Sociedade	3	1	5	4	3	0
9. Resultados do Desempenho-chave	3	1	3	5	3	0





Legenda da pontuação dos Critérios

Pontuação:

Critérios de Meios

- 0 – Ausência de evidências
- 1 – Iniciativa planeada
- 2 – Iniciativa planeada e implementada
- 3 – Iniciativa planeada, implementada e avaliada
- 4 – Iniciativa planeada, implementada, avaliada e revista
- 5 – Iniciativa planeada, implementada, avaliada, revista e integrada

Critérios de Resultados

- 0 – Não há resultados
- 1 – Resultados com tendência estável e negativa
- 2 – Resultados modestos
- 3 – Resultados consideráveis
- 4 – Resultados excelentes e comparados internamente
- 5 – Resultados excelentes e comparados internamente e externamente

Escolas Públicas

Critérios de Meios					Critérios de Resultados			
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Pontuação								
3	2	3	3	2	2	3	3	2
2	2	2	2	3	2	2	1	3
4	4	4	4	5	3	3	3	3
3	3	3	3	3	3	3	3	3
2	2	2	2	2	1	2	0	2
3	3	2	3	2	2	2	2	1
3	3	3	3	3	2	2	2	2
3	3	3	3	3	2	2	2	3
2	2	1	3	2	1	1	2	2
1	1	2	1	2	2	2	1	2
4	3	3	4	4	3	4	4	4
3	2	3	2	3	2	2	0	4
3	3	3	3	3	2	2	3	2
2	2	3	2	2	2	1	1	2
2	2	2	2	2	2	2	2	2
4	3	3	3	3	3	3	3	3
2	3	3	2	2	2	2	2	3
2	1	2	1	0	2	2	2	2
3	3	3	3	3	3	3	4	3
3	3	3	3	3	3	3	3	3
2	3	3	2	3	1	1	2	3
2	2	2	2	2	0	0	2	2
2	2	2	2	2	2	1	1	2
3	3	3	3	3	4	4	3	3
2	2	2	3	2	2	2	2	2
2	3	2	3	2	2	2	2	2
3	3	3	3	3	3	2	3	3
3	2	3	2	3	3	2	3	2
3	3	3	3	3	3	3	3	3
3	3	3	3	3	0	0	0	0
2	3	3	2	3	1	1	1	1
2	2	2	2	2	1	1	1	1
2	2	3	2	3	1	1	1	2
3	3	3	4	5	3	3	4	3
1	2	1	2	3	2	1	2	2
2	2	2	2	1	1	1	1	1
2	2	1	1	2	2	0	1	2
1	1	1	0	1	1	1	0	1

Escolas Profissionais

Critérios de Meios					Critérios de Resultados			
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Pontuação								
2	3	2	2	1	1	0	2	1
2	2	3	2	3	1	1	0	1
2	2	2	2	2	2	2	1	2
3	3	3	3	3	3	2	3	2
2	1	2	2	2	0	0	2	0
4	3	2	4	4	3	0	3	4
3	3	3	3	3	2	2	2	2
3	3	3	2	2	2	2	2	2
3	2	3	2	2	1	1	1	1
2	3	3	3	2	2	2	2	1
3	3	3	2	3	3	3	3	3
4	4	4	3	4	4	3	4	3
2	2	2	3	2	3	3	4	3
2	2	2	2	2	0	1	2	2

IPSS – Jardins-de-infância

Critérios de Meios					Critérios de Resultados			
1	2	3	4	5	6	7	8	9
Pontuação								
3	3	2	2	2	3	1	1	0
3	2	3	3	3	2	3	2	3
3	3	3	4	3	3	4	4	3
2	2	2	3	3	3	3	3	3
2	2	2	2	2	0	1	0	0
a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)	a)
3	3	3	3	4	3	4	4	4
2	2	2	1	2	0	0	0	1
2	2	2	3	2	2	2	2	3
4	3	4	3	4	3	4	3	4
2	2	2	2	2	0	0	0	2
3	3	2	2	3	3	3	2	3
2	2	2	1	1	2	2	2	b)
4	4	3	4	4	5	4	4	4
3	2	2	3	2	3	3	3	2
2	3	2	2	2	2	2	3	2
2	2	3	3	2	2	2	2	0

- a) O estabelecimento de educação e de ensino não atribuiu classificação nos diversos critérios
 b) O estabelecimento de educação e de ensino não atribuiu classificação no critério

IV Parte

CONCLUSÃO

O processo de auto-avaliação, com base no modelo CAF adaptado às escolas pela equipa de coordenadores do projecto QUALIS, foi, em 2007, também aplicado pelas Escolas Profissionais e pelas IPSS – Jardins-de-infância.

Embora algumas escolas públicas continuem objectivamente a ter dificuldades em concretizar a auto-avaliação QUALIS, naturalmente aquelas, ainda não familiarizadas com este modelo, tiveram, umas mais do que outras, manifestas dificuldades em avaliar na totalidade dos critérios e subcritérios.

Releve-se, todavia, que todas as entidades abrangidas apresentaram o seu Plano de Melhoria, embora com acentuadas diferenças quanto ao seu alcance. Também merece destaque o facto de trinta e sete escolas, entre públicas, profissionais e IPSS – Jardins-de-infância, terem revisto os seus Planos de Melhoria, de acordo com as sugestões dos consultores, não tendo a reformulação sugerida carácter obrigatório.

Existe a percepção de que há organizações que assumiram as vantagens do modelo QUALIS, utilizando as suas virtualidades na operacionalização de procedimentos conducentes a uma melhoria dos resultados na acção educativa. Contudo, constata-se que uma determinada e menos assimilada operacionalização do modelo pode vir a traduzir-se na execução de um conjunto de medidas avulsas que não representam o desenvolvimento de um modelo operativo, afastando, assim, as unidades orgânicas do seu verdadeiro objectivo, ou seja, a qualidade educativa.

No esforço de todos os intervenientes, será da maior importância que se cumpra o n.º 4 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2005/A, de 6

de Dezembro: “o relatório de auto-avaliação é remetido até 30 de Novembro de cada ano ao Conselho Coordenador do Sistema Educativo, à direcção regional competente em matéria de educação e aos serviços inspectivos da educação”.

O presente relatório, obedecendo ao n.º 5 do mesmo artigo daquele Decreto Legislativo Regional, pretende transmitir uma visão global da auto-avaliação efectuada pelas unidades orgânicas, evidenciando as linhas gerais da sua estruturação, o posicionamento de cada uma delas relativamente aos critérios propostos e, igualmente, os aspectos considerados como pontos fortes e áreas de melhoria.

Ponta Delgada, 25 de Março de 2008

A equipa inspectiva

Paulo Jorge Pereira (coordenador)

João Freitas Lima

João Paulo Barbosa

Maria Amélia Campos

Maria Dulce Mosca